



Ministério da Educação  
**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO  
PARANÁ**  
**Campus Medianeira**  
Curso de Especialização em Educação: Métodos e  
Técnicas de Ensino –EaD - UAB



## **A PROVA BRASIL E SUA INFLUÊNCIA NA METODOLOGIA DE SALA DE AULA**

Aline Ramirez de Araujo – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ –  
Campus Medianeira – alinyfoz@yahoo.com.br

### **RESUMO**

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de um estudo bibliográfico acerca da avaliação educacional no Brasil e avaliação em larga escala: Prova Brasil. Realizando análise de diversos autores sobre avaliação educacional e de documentos do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”(INEP). O objetivo geral deste trabalho foi analisar a concepção de qualidade da educação básica através do sistema de avaliação educacional em larga escala adotado pelo MEC/INEP: Prova Brasil analisando a forma como a avaliação educacional em larga escala é desenvolvida nas séries iniciais do ensino fundamental buscando uma relação da Prova Brasil com a qualidade do ensino nas séries iniciais do ensino fundamental e verificando se há influência desta avaliação na prática didática de sala de aula. Desta forma foi observado o conteúdo das questões já aplicadas na Prova Brasil e comparado aos conteúdos programáticos anuais das disciplinas das séries do 5º ano do ensino fundamental de 9 anos. As conclusões foram baseadas nas contribuições didático-pedagógicas que este sistema está proporcionando para as escolas de educação básica.

**Palavras chave:** Avaliação; Conteúdo programático ; Prova Brasil; Qualidade.

### **1 INTRODUÇÃO**

A avaliação educacional no Brasil é um tema de recentes pesquisas que vem contribuir para a implantação de políticas públicas na área da educação. A Prova Brasil é um exemplo disso, com o intuito de verificar o processo educacional com os parâmetros de equidade e qualidade na educação. De acordo com BONAMINO 2002, a avaliação educacional começa a se fortalecer nos anos 90, e tem sua relevância fundamentada na nova LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO 1996 (LDBEN), esta torna obrigatória a avaliação nos níveis do sistema educacional os Ensinos fundamentais I e II e Ensino médio. Com isso deu-se início a iniciativas de avaliação do sistema educacional que tornou a prova mais elaborada e que contempla todo o contexto escolar.

A avaliação educacional passa a ter um foco maior quando recebe o apoio financeiro do Banco Mundial, assim, esta avaliação passa a ter um modelo de planejamento.

Agora, a avaliação do sistema educacional passa a ter caráter de avaliação em larga escala, pois, deve cumprir com algumas metas que são impostas pelo órgão financiador como resposta positiva ao desenvolvimento do planejamento ofertado. Por isso, passa a ser um instrumento que norteia políticas públicas educacionais e avalia censitariamente as escolas de educação básica do Brasil, como afirma: BRASIL / BANCO MUNDIAL 2008.

A Prova Brasil teve sua primeira aplicação no ano de 2005 e é um segmento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que é desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Ministério da Educação (MEC), durante o decorrer deste artigo ao dirigir-se a estes dois órgãos serão utilizadas as siglas que os representam.

O objetivo desta avaliação é analisar a qualidade da educação básica, ela é aplicada em todos os municípios e estados do Brasil e avalia os alunos matriculados nos quintos e nonos anos ensino fundamental, abrangendo as disciplinas de português e matemática e apresentando foco na compreensão de textos e nas resoluções de problemas. Desta forma, através de índices obtidos nos resultados da Prova Brasil, o nível de qualidade da educação fundamental de todas as escolas brasileiras é apresentado como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Os conteúdos cobrados na Prova Brasil passam por um exame do Plano Curricular Nacional, (PCN'S) de cada disciplina para que o conteúdo da Prova Brasil esteja de acordo com o conteúdo abordado em sala de aula.

O Plano Curricular Nacional, juntamente com as diretrizes curriculares são utilizados pelos Municípios e Estados para delimitar a ordem na qual os conteúdos serão abordados em sala de aula.

Assim sendo, faz-se necessário que os municípios e estados se organizem para que os conteúdos programáticos estejam associados com os da prova que será aplicada, para que o aluno possa ter conhecimento do que estará sendo cobrado na avaliação e que assim, lhe tenha sido ofertado um

bom preparo para a realização da avaliação em foco, até a data de sua aplicação.

É tratando deste preparo que inicia-se o debate sobre a organização da escola e da metodologia utilizada em sala de aula nos anos de Prova Brasil.

Desde a primeira aplicação da Prova Brasil, os municípios e estados passaram a reestruturar os conteúdos e materiais disponibilizados às escolas para facilitar o preparo dos alunos para a realização da avaliação. Mas esta interpretação de preparar os alunos para as avaliações contraria o objetivo da avaliação em larga escala, que é avaliar o desempenho da educação ofertada pelas escolas de educação básica.

Desta forma aborda-se, neste trabalho, alguns questionamentos sobre essa interpretação de preparo que vem sendo desenvolvido nas escolas e sobre como essa preparação pode interferir diretamente na metodologia utilizada em sala de aula. Desta forma questiona-se como uma avaliação em larga escala, com intuito quantitativo, pode avaliar todo o processo realizado pelo professor e equipe escolar, em apenas um questionário?

Assim este artigo tem o objetivo deste artigo é analisar a concepção de qualidade da educação básica através do sistema de avaliação educacional em larga escala adotado pelo MEC/INEP: Prova Brasil analisando a forma como a avaliação educacional em larga escala é desenvolvida nas series iniciais do ensino fundamental buscando uma relação da Prova Brasil com a qualidade do ensino nas series iniciais do ensino fundamental e verificando se há influência desta avaliação na prática didática de sala de aula em específico no município de Foz do Iguaçu. Este estudo se dará através de estudo bibliográfico e análise de documentos do MEC/INEP, Banco Mundial e da Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu.

## **2. AS MUDANÇAS PROVENIENTES DA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: O CASO FOZ DO IGUAÇU**

O governo federal aprovou a medida provisória 586/2012 que trata do pacto nacional pela alfabetização, e estabeleceu a meta de que toda criança deve ler e escrever até os oito anos de idade, com essa necessidade de

identificar os níveis de alfabetização o INEP instituiu uma nova modalidade de avaliação externa à escola a Provinha Brasil, que tem o objetivo de propiciar o acesso aos dados sobre alfabetização, leitura e escrita nos momentos mais precoces da escolarização, esse modelo implica diretamente na formação e na prática docente. Pois o professor agora passa a ter que se preocupar em ensinar os alunos a preencherem a avaliação que farão e, não somente a se preocupar se seus alunos estão sendo alfabetizados.

Neste contexto salienta-se que a escola assume um papel que vai além do educar, um papel assistencialista que auxilia o aluno no seu desenvolvimento de vida social, amparando-o e aprendendo a lidar e aceitar o aluno da forma que ele veio para a instituição, trabalhando de forma conjunta para que este aluno tenha oportunidades e desenvolvimento social. Com esta realidade o professor se vê tendo que readaptar o conteúdo previsto, atribuir novas metodologias e impor novos ritmos de aula para que todos os alunos possam acompanhar e produzir da forma esperada, como afirmam BERNARDINO, M, R, F; OLIVEIRA. L, B, 2015.

Será possível avaliar a qualidade do ensino ofertado conjuntamente com suas variáveis sociais e educacionais através de uma única avaliação escrita? Sem que seja feito um acompanhamento social dos alunos, sem que seja levado em consideração o trabalho do professor em sala de aula, o preparo do professor ou, ainda, a cultura linguística dos alunos?

<sup>1</sup>As escolas da rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu, dispõem de material didático, bibliotecas, e uma estrutura física favorável para uma boa qualidade de ensino. A secretaria de educação formulou uma apostila nas disciplinas de português, matemática, história, geografia e ciências. Assim proporciona aos alunos um melhor acompanhamento dos conteúdos trabalhados em sala de aula, e também para que possa diminuir o tempo gasto para registrar as atividades no caderno, passando a registrar apenas o conteúdo que não está presente na apostila, facilitando as condições dos alunos e também permitindo que o professor tenha mais opções didático - pedagógicas de como mediar suas aulas, ofertando maior tempo para o

---

<sup>1</sup> Disponível em :<http://ead.pti.org.br/ntm/secretariamunicipaldeeducacao/5ano>

professor desenvolver metodologias diferenciadas proporcionando qualidade no ensino.

Todos esses benefícios foram pensados para facilitar o processo de ensino e aprendizado na rede pública de ensino uma necessidade vista pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que vem ampliando a estrutura física e didática das escolas de educação básica para atingir o nível desejado de qualidade na educação.

A este sistema de avaliação em larga escala, foi atribuída à responsabilidade de medir a qualidade da educação através de uma avaliação padronizada, realizada a cada dois anos, esta avaliação é externa a escola, ou seja, ela não tem vínculo de construção com professores e gestores das escolas, ela é uma avaliação elaborada por entidades com experiência em provas de avaliação em larga escala, que contempla o conteúdo demarcado no currículo nacional para cada série avaliada.

Segundo HOFFMANN 1993, é no ensino fundamental que a criança constrói seu conceito de educação, passa pela construção do seu limite, do seu caráter, de sua autonomia, de sua formação social, e se a criança não tiver a oportunidade de receber uma educação que abranja todas essas necessidades elas serão classificadas como alunos problema, que não conseguem acompanhar o ritmo escolar, a disciplina escolar, e o ritmo do professor.

Vários estudos como o de Hoffman (2005), e Melchior 1999, apontam a importância no desenvolvimento de didáticas diferenciadas em sala de aula para se atingir a qualidade na educação esperada. Uma das principais, senão a mais importante, estratégias para que essa qualidade se consolide é proporcionar uma formação continuada aos professores, ofertando cursos que possibilitem e preparem os professores para lidar com os desafios diários da sala de aula. Como afirma Hoffman (2005), um professor bem preparado consegue fornecer meios e lidar com as estratégias disponibilizadas pela escola para aplicar um bom ensino em sala de aula, atingindo e sanando as dificuldades dos alunos através de didáticas diferenciadas de ensino.

A avaliação educacional é um tema de amplo debate que questiona os modelos de avaliação e sua eficácia em sala de aula, uma vez que, de acordo com os níveis de aprendizado, alguns alunos não se sobressaem em avaliações escritas, o nível de estresse do aluno pode interferir diretamente à sua nota na avaliação, alguns pesquisadores afirmam ainda que para que as avaliações possam medir o aprendizado do aluno com eficácia, a avaliação deve fazer com que o aluno seja agente participativo na avaliação, e não apenas um agente passivo, que tenha que simplesmente concordar ou discordar com o que está lhe sendo perguntado. Como afirmam Bonamino 2002, e Correia / Soligo 2015.

Assim sendo, percebe-se que havendo uma compreensão correta deste modelo de avaliação, ele só tem a trazer benefícios para a educação. Esta compreensão é o primeiro e grande passo, de uma das iniciativas a serem tomadas, para que estratégias equivocadas sejam elaboradas.

Pode-se afirmar que toda relação de ensino – aprendizado tem a necessidade de ser medida em eficiência. Todo processo de avaliação realizado internamente pelos professores nas salas de aula, os auxiliam no controle dos conteúdos e os ajudam a ter um diagnóstico estando sempre atento para atender as necessidades dos alunos que possuem alguma dificuldade de aprendizado, podendo realizar métodos de ensino diferentes para tentar contemplar o aprendizado de todos seus alunos.

Apenas o trabalho do professor não é suficiente para que a escola tenha um padrão mínimo de qualidade. Com o auxílio da direção, e todo corpo docente da escola, é possível que a escola contemple uma qualidade concreta e consistente que acompanhará o aluno durante o ciclo fundamental e que é de suma importância para a criança.

A Prova Brasil foi criada com a finalidade de produzir informações sobre o ensino ofertado por municípios e escola, individualmente, com o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como comunidade escolar no estabelecimento de metas e implantações pedagógicas e administrativas,

visando à melhoria da qualidade do ensino, como afirma BRASIL/Ministério da Educação (2008b)

A prova Brasil é aplicada de dois em dois anos, em escolas públicas com mais de 20 alunos matriculados na série a ser avaliada, 5º ano do ensino fundamental I e 9º ano do ensino fundamental II. É realizada de forma censitária ofertando questionários de forma amostral, para obter informações sobre equidade e eficiência dos sistemas e redes de ensino, é aplicada nas redes escolares para os servidores e para os alunos, buscando compreender os níveis socioculturais dos alunos, e em um segundo questionário destinado apenas aos alunos em forma de avaliação do rendimento escolar, avaliando a disciplina de português com o foco em análises de texto e compreensão de textos e a disciplina de matemática com o foco na resolução de problemas. Esta avaliação em larga escala tem o objetivo de melhorar a qualidade do ensino público e desenvolver políticas públicas de educação eficazes. (BRASIL, 2008, p. 8).

A aplicação da Prova Brasil é de responsabilidade de cada município que, entendendo a importância deste indicador de qualidade, dispõem de uma equipe com preparo para a organização e aplicação desta prova nas escolas.

A cobrança dos conteúdos requeridos na avaliação é determinante de acordo com o ministério da educação (MEC), que possa dar conta de avaliar se o ensino da disciplina de língua portuguesa está voltado para o uso social da língua, para que os alunos possam se integrar à sociedade de forma mais autônoma, a prova avalia este aspecto através da interpretação textual, utilizando textos que exigem um diálogo entre o autor e o leitor, e o leitor ao interpretar o texto deve desvendar o sentido que não está explícito em palavras no texto, mas que, com uma boa interpretação do conjunto do texto o fará compreender a mensagem que ele quer passar.

No conteúdo de matemática, o foco é a resolução de problemas, com o intuito de utilizar os conhecimentos cognitivos dos alunos em problemas que os instigue a encontrar a solução através dos seus conhecimentos prévios da disciplina, utilizando também o raciocínio lógico.

Para fazer a leitura e a média de desempenho atingida pelas escolas avaliadas, foi criada uma tabela com os níveis de desempenho em português e matemática, esta tabela contém os descritores, neles estão presentes todos os aspectos que os alunos deverão analisar nas questões para respondê-la corretamente, é através desses descritores que as escolas são avaliadas e é construída a média de desempenho.<sup>2</sup>

A cobrança dessas competências e habilidades na prova Brasil acontece pela compreensão de que, quando o aluno passa a ter uma boa compreensão textual, ele passa a interagir e a compreender a relação interacionista entre as disciplinas, auxiliando na compreensão e no aprendizado de todas as disciplinas, essa avaliação tem o intuito de fortalecer o raciocínio lógico dos alunos, buscando despertá-los para a construção dessa relação entre os conteúdos programados na matriz curricular de cada série avaliada, reforçando ou despertando o interesse dos alunos pelo conhecimento.

A necessidade de um sistema de avaliação na educação básica tem se tornado evidente desde meados da década de 1980, devido à redemocratização do ensino e da necessidade constante de se avaliar todo o contexto escolar, alunos, professores e diretores. Todo processo de estudos realizados sobre avaliação educacional é proposto pelo Ministério da Educação (MEC) com o apoio de organismos do mesmo segmento com o intuito de sanar a evasão e reprovações de alunos.

Este modelo de avaliação deverá avaliar não somente o conhecimento do aluno, mas também os procedimentos de gestão que a escola desenvolve, e a qualidade do ensino que o professor está transmitindo. A qualidade da educação básica será medida através de dados que foram obtidos nessas avaliações.

---

<sup>2</sup> Disponível em : BRASIL. Ministério da Educação. PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB, INEP, 2008.  
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PDE/PROVA BRASIL: Plano de Desenvolvimento da Educação. INEP: 2009.



A complexidade deste sistema dá aos estados e municípios abertura para a escolha de como irão abordar e lidar com as avaliações, no entanto, é necessário que para a veracidade deste sistema, seja desenvolvido um trabalho de forma clara e objetiva como é proposto, criando formas de contribuir para a qualidade sem que prejudique o andamento dos conteúdos e dos estudos.

Criando assim possibilidades que façam os alunos compreenderem o seu lugar e seu papel na sociedade, despertando o interesse dos alunos pelos estudos, desenvolvendo práticas educativas que contribuam para a formação individual de cada aluno e que consiga atender a necessidade deles, sem que nenhum processo seja antecipado, e que os mesmos sejam ensinados com um único intuito: o de obter o conhecimento. Como afirmam BERNARDINO, M, R, F; OLIVEIRA. L, B; 2015.

É quando tratamos da liberdade de escolha dos conteúdos, que os municípios e estados devem fazer, que encontramos o grande embate, pelo fato de que, no município de Foz do Iguaçu, as aulas estão sendo elaboradas para se ter êxito no resultado na prova, sem preocupação com o processo de ensino aprendido como deveria

## **2.1 A RELAÇÃO DA PROVA BRASIL COM A REALIDADE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**

Assim como abordado anteriormente, nota-se a importância de um sistema de avaliação que contemple a qualidade do ensino ofertado na rede pública do Brasil.

A esta avaliação foi atribuída à característica de avaliação em larga escala, por avaliar um grupo de alunos. Para que esta avaliação seja realizada nas escolas é necessário seguir orientações básicas sobre: quantidade de aluno na série avaliada, número de alunos por escola, região em que a escola está inserida entre outros critérios básicos.

Esta avaliação em larga escala possui características bem próprias e são elaboradas de acordo com o conteúdo programático contido nos PCN'S, assim sendo, ela avalia conteúdos que os alunos já conhecem com isso a

secretaria municipal de educação de Foz do Iguaçu elaborou uma estratégia para a adaptação dos alunos com a Prova Brasil.

Como afirmam BERNARDINO, M, R, F; OLIVEIRA. L, B; 2015, a partir do ano de 2009 o município foi se adequando as formas de aplicação da Prova Brasil e vem buscando alcançar a meta de qualidade de ensino em todo o município. Para isso pensou-se na criação do reforço escolar no contraturno para turmas que seriam avaliadas no ano de IDEB, na qual todos os alunos da turma deveriam participar, não apenas aqueles com dificuldades de compreender os conteúdos. E também, a elaboração de uma avaliação similar a da Prova Brasil para que as turmas avaliadas que serão avaliadas realizem e estejam familiarizadas com a linguagem da prova.

Em um primeiro contato com este assunto não se percebe nenhuma irregularidade, contudo esta estratégia tomou rumos maiores e perdeu seu foco com a implantação de um incentivo que foi dado às escolas que atingissem a meta estipulada pelo MEC, ano após ano. Esta má interpretação dos órgãos responsáveis pela educação no município tem atrelado medidas meritocráticas como indica o Decreto Municipal nº 21.404 de 22 de junho de 2012, que insere nas escolas um auto índice de competição entre as escolas, uma vez que escolas que atingem o nível estipulado pelas secretarias de educação recebem como premiação pela nota atingida o 14º salário. As escolas que não atingem a nota estipulada recebem orientação pedagógica para melhoria no desenvolvimento dos conteúdos para com os alunos.

Nesta perspectiva para que os alunos realizem com êxito esta avaliação em larga escala, os mesmos são orientados a como responder corretamente os questionários, e estão sendo avaliados com provas similares a Prova Brasil, realizadas pela própria escola com mais frequência, as escolas recebem orientações da secretaria de educação no município, que seguem rigorosamente todas as orientações das avaliações em larga escala que é desenvolvida pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) para a realização das mesmas de acordo com as orientações para aplicação de prova mensal para preparo dos alunos do município de Foz do Iguaçu<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> disponível em NTM- FOZ- Secretaria de Educação/ Diretoria do Ensino Fundamental/5º ano 2013.

Assim sendo, pode-se afirmar que os alunos estão recebendo um preparo específico para a avaliação. Portanto, como afirmar que a nota atribuída às escolas está sendo do real desempenho e ensino dos alunos?

De acordo com BERNARDINO, M, R, F; OLIVEIRA. L, B 2015, esta estratégia vem sendo colocada em prática nas escolas da rede, a equipe pedagógica das escolas juntamente com os professores tiveram que readequar sua rotina diária em sala de aula, para poder contemplar com esse novo aspecto avaliativo. A metodologia do professor em sala de aula está moldada de acordo com o conteúdo da prova. O professor muitas vezes tem que atribuir um foco maior nas duas disciplinas cobradas na Prova Brasil, português e matemática, como se fosse possível ensinar o aluno em apenas dois seguimentos. Desta forma o professor precisa avaliar seus alunos através de exames com mais frequência. Esse exame normalmente é de estrutura similar à da avaliação em larga escala.

Os alunos muitas vezes são ensinados a pensar da forma que a avaliação está pedindo. Sem utilizar seu ponto crítico sobre o conteúdo, sobre a questão ou sobre o texto, mas o aluno deve pensar da forma que a pergunta foi elaborada e obedecendo assim a idéia do elaborador da avaliação e não do pensamento do aluno.

Quando a metodologia do professor precisa ser alterada em função de uma avaliação, nós temos uma inversão do objetivo da qualidade da educação que está garantido pelo artigo 3º da LDB que propõe uma educação igualitária e que estimule a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, entre outros que enfatizam uma educação democrática e participativa.

O que se questiona é o fato de que, a partir da década de noventa do século XX, a implantação de determinadas políticas e o sucesso do atingimento de suas metas passaram a determinar não só o conteúdo a ser ensinado, mas também o modo de como o estudante deve responder a questões de uma prova, ou até mesmo a forma como deve pensar. E o que é mais grave: no dia a dia da sala de aula, o sentido pedagógico do processo ensinar-aprender corre o risco de ficar focado muito mais nos resultados do que nos processos. (WERLE, Flávia O.C.; FISCHER, Beatriz T. D.; Avaliação em larga escala: foco na escola/Organizadora: Flavia Obino Corrêa Werle. – São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2010.p.39.)

É importantíssima a existência de uma avaliação em larga escala a fim de medir e mensurar se foi aprendido o que deveria ter sido aprendido, e se foi ensinado o que se deveria ter sido ensinado. Para tanto, não há a necessidade de se formular estratégias de ensino para os alunos realizarem esta avaliação, sendo feito isso, podemos concluir que esta avaliação terá sua veracidade comprometida, pois os alunos estarão sendo preparados e de certa forma treinados a realizar de forma bem sucedida esta avaliação.

A pertinência de dois elementos definidores da Prova Brasil - a padronização e o uso da medida - precisa ser entendida. O direito ao aprendizado de competências cognitivas vale para todos os alunos, e a todos deve ser garantido de forma equitativa. No entanto, considerando a variação natural presente nos seres humanos, se aceita que, garantido um nível de domínio de cada competência, compatível com o exercício da cidadania, alunos diferentes apresentem domínio diferenciado em uma dada competência. Em outras palavras, alguns alunos terão a competência leitora em nível mais avançado do que outros, ainda que todos devam ler acima de um nível considerado adequado. Mas para que essas comparações possam ocorrer é necessário que o instrumento verificador do direito seja o mesmo, no caso brasileiro a Prova Brasil. (BRASIL. 2008b. p. 12)

Estes conteúdos podem ser ensinados de forma que não precise ser alterada a metodologia do professor em sala de aula, ou seja, o professor pode manter sua didática ao abordar os conteúdos de forma dinâmica, acrescentar a linguagem culta padrão que é cobrada na Prova Brasil aos poucos aos alunos, de forma sucinta para que eles se sintam parte do processo de aprendizado. Se o planejamento escolar da escola e do professor souber encaminhar corretamente os conteúdos, compreender que o processo de aprendizagem é tão importante quanto o resultado, o andamento das aulas e o desempenho dos alunos seriam outro. O aluno se sentiria preparado por compreender o processo que ele passou para adquirir o conhecimento naquele conteúdo, assim ele sentiria entusiasmo em realizar a avaliação, e a avaliação seria parte do processo na qual ele está inserido, pois os conteúdos da avaliação fariam sentido ao aluno, por ele ter participado do processo de ensino como afirmam BERNARDINO, M, R, F; OLIVEIRA. L, B, 2015.

O que há de equivoco na avaliação em larga escala nestes últimos anos, é a forma como cada município e estado tem interpretado esta avaliação.

Algumas escolas do município de Foz do Iguaçu adotaram o regime de reforço escolar de alunos do 5º ano no contra turno escolar. Esta medida aparentemente é positiva, mas quando pensamos em fatos como: o reforço é oferecido a todos os alunos e não apenas aqueles alunos que apresentaram alguma dificuldade, as disciplinas abordadas no reforço são específicas: português e matemática, com foco em questionários realizados em etapas anteriores da prova Brasil. Fazendo-se assim o reforço perde seu caráter de reforçar o aprendizado do aluno e assume um papel exato de treinamento, descaracterizando o objetivo de aprendizado dos alunos causando até um mecanismo de exclusão, pois, esta estratégia prioriza o ensino de português e matemática e deixa de lado outros saberes que são fundamentais para a formação humana dos alunos.

Diante desses fatos, o reforço oferecido não é elaborado como forma de suprir a necessidade de compreensão do aluno. Ele apenas enfatiza os conteúdos de português e matemática, como forma de preparo para a realização de determinada avaliação.

Como já mencionado neste trabalho, a leitura do resultado da prova Brasil é feita de acordo com a escala de proficiência das habilidades atingidas pela escola, este resultado se faz legítimo ao e para avaliar as habilidades que os alunos desenvolveram no decorrer do ano letivo.

Quando se passa a treinar os alunos para determinada avaliação, os resultados passam a sofrer alterações, pois, está alterando o padrão de avaliação utilizado pela mesma que é avaliar o rendimento dos alunos nos conhecimentos adquiridos no decorrer do ano letivo. Ao treinar os alunos suas habilidades nas disciplinas focadas aumentam proporcionalmente, porém, não é este o direcionamento proposto pelo objetivo do sistema de avaliação, eles propõem que através dos resultados atingidos pelas escolas, possam ser pensadas políticas de melhoria para a educação básica, e a qualidade não pode ser medida quando se é treinada para determinada situação. Podemos utilizar a comparação nos anos seguintes de ensino fundamental e médio, se na rede estadual de ensino as estratégias forem diferentes, se elas deixarem de focar o treinamento para a avaliação, o resultado hipoteticamente será diferente também, fazendo com que se conclua que os níveis municipais de educação estarão muito mais avançados do que o nível estadual.

Diante disto teríamos uma falsa qualidade, que não é vantagem para o sistema de educação brasileiro, pois, não contempla a realidade da educação transmitida pelos professores, refletindo que, a educação básica está em constante progressão. Mas está em constante progressão devido ao treinamento das habilidades para a prova Brasil, e não em constante progressão para os aspectos culturais, sociais e morais dos alunos.

Embora os resultados de escolas que praticam meios de preparo para a realização da prova Brasil, tenham sido positivos, essa nova metodologia acaba conduzindo as escolas a uma competição entre si, fazendo-se pensar que o que está sendo avaliado é o nome da escola e não a qualidade do ensino ofertado.

Essa disputa pode não ser relatada pelos diretores e pelos secretários da educação, porém, é relevante constatar pelo fato de que em alguns estados as escolas que não adotam essas medidas de preparo são mencionadas com certa indiferença e são escolas em que as secretarias de educação estão sempre presentes para verificar o direcionamento tomado pela equipe pedagógica da escola ao orientar seus professores e demais funcionários, como afirmam BERNARDINO, M, R, F; OLIVEIRA. L, B, 2015.

Agora vem a questão intrigante, já vimos neste trabalho que as escolas têm voltado sua metodologia de ensino em prol da Prova Brasil, adequando os conteúdos de português e matemática e dando a eles mais prioridade até a data da avaliação. Quando se trabalha dando prioridade as disciplinas específicas corre-se o risco de ter um ensino fragmentado e acaba perdendo sua especificidade, pode acarretar em uma negação por parte dos alunos, pois os mesmos passam a ficar um tempo muito maior em atividades teóricas do que o necessário para sua aprendizagem e acaba então condicionando o aluno apenas para a realização dessas avaliações padronizadas deixando de preparar os mesmos para a vida social e para uma formação crítica desde as séries iniciais.

Quando trabalhamos com o objetivo da prova Brasil compreendemos que ela foi criada para indicar os problemas da educação e verificar se ela está realmente sendo ofertada de forma equitativa. Quando institucionalizado esse modelo de avaliação, foram distribuídos em todas as escolas livros explicativos

para determinadas medidas, para que houvesse uma compreensão da dimensão deste sistema de avaliação por todo conjunto escolar.

A esta compreensão foi atrelada a idéia de preparo, ou seja, escolas e secretarias de educação tiveram uma compreensão mais prática deste indicador, o que resultou na criação de medidas de incentivo a professores para que os mesmos dessem mais atenção aos conteúdos que serão aplicados nas provas. E quando tratamos de mais atenção nos referimos a aulas reforçadas e baseadas nas provas que já foram realizadas, pode-se dizer um treinamento feito aos alunos para que estejam preparados para realizar a avaliação com êxito. Segundo Pasini (2014), o município de Foz do Iguaçu vem aumentando consideravelmente o IDEB; nos anos de 2005 a 2013, atingiu respectivamente, os índices 4,2; 4,8; 6,2; 7,0 e 7,3, este ultimo índice foi o do ano de 2013, que colocou o município em destaque nacional, pois, atingiu o maior índice a nível de Brasil.

Através de uma busca desenfreada por resultados, o Município de Foz do Iguaçu transformou o IDEB em um mecanismo de exclusão, pois exclui o aluno da aquisição de conhecimento e, ao oferecer gratificações a professores cuja escola apresentou índices acima do esperado pelo governo, exclui os demais docentes que também trabalharam pelo índice, apesar de não alcançá-lo, sem considerar as especificidades de cada instituição de ensino. (BERNARDINO, M, R, F; OLIVEIRA. L, B; Um análise das Avaliação em larga escala na Educação Básica do município de Foz do Iguaçu. In: CORREA. J, J; SOLIGO. V (Orgs). Políticas e Indicadores de Qualidade da Educação Relações com as avaliações em Larga escala. São Leopoldo: Oikos, 2015. P.191.)

Portanto fica claro a necessidade de um método avaliativo da educação básica, que contemple toda a especificidade do aluno e que não modifique a metodologia e a tomada de conteúdos realizada pelos professores e suas escolas, municípios e estados.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com todo estudo realizado para desenvolver este trabalho ficou evidente a necessidade de haver um método avaliativo que contemple a qualidade da educação básica no Brasil.

A avaliação educacional em larga escala no Brasil mesmo sendo um tema de recentes pesquisas vem contribuindo para a implantação de políticas públicas na área da educação. A Prova Brasil é um exemplo disso, com o intuito de verificar o processo educacional com os parâmetros de equidade e qualidade na educação que começa a se fortalecer nos anos 90, deu subsídio para uma grande parcela de pesquisas a fim encontrar um método de avaliação mais eficaz, que contemplasse todo o contexto escolar tornando ainda mais evidente a necessidade de um sistema de avaliação na educação básica.

A avaliação educacional em larga escala deve ser compreendida, também, com o intuito de promover um contínuo monitoramento do sistema educacional com vistas a detectar os efeitos positivos ou negativos das políticas adotadas.

Deve ser um sistema que avalie individualmente o processo educativo, que compreenda o caráter social, cultural, econômico e psicológico de cada aluno avaliado. Um sistema que dê possibilidades aos professores e todo o conjunto escolar de atuar em prol da formação individual, crítica e social de cada aluno.

Uma avaliação que de fato avalie se a educação está contemplando a equidade e a qualidade esperada na educação.

Analisando a metodologia que vem sendo atribuída às escolas do município de Foz do Iguaçu, percebemos que essa metodologia não contribui de fato para o aprendizado do aluno, ela não contribui para o desenvolvimento de habilidades e para sua formação humana.

Essa metodologia vem desrespeitando a autonomia docente uma vez que, o professor passa a considerar a nota dessas avaliações como o aprendizado do aluno. Desrespeita também o direito do aluno de desenvolver seus aprendizados em seu próprio tempo, em desenvolver seu aprendizado em outras disciplinas, pois, quando se dá prioridade a matemática e o português, deixando as outras disciplinas do currículo de lado, para ser abordado após a realização da Prova Brasil, entende-se que as mesmas passam a ser menos importantes para o desenvolvimento do aluno.

Assim com esta metodologia utilizada no município de Foz do Iguaçu, questiona-se a importância desses índices e conclui-se que eles não devem



ser relacionados com a melhoria e qualidade de educação. Pois são resultados obtidos por treinos, e esses não contribuem para a melhoria do ensino, pois como Hoffman 2005 afirma, o aluno quando é preparado para realizar qualquer tipo de exame teórico, utiliza todo o aprendizado naquele momento, para aquele determinado exame.

Portanto, para que a escola alcance a tão esperada qualidade de ensino, deve-se superar a idéia de tratar igual o que não é igual e de generalizar o que não pode ser generalizado, deve compreender que a avaliação em larga escala vem proporcionando a estados e municípios o poder de decidir sobre como desenvolver estratégias de qualidade para a educação.

Mesmo que esta avaliação em larga escala avalie o aluno de forma censitária por meio de um questionário que não permite avaliar a questão crítica do aluno, ela vem trazendo informações necessárias de qualidade e equidade na educação, por isso, torna-se ainda mais evidente que, o preparo para realizar essas avaliações acaba prejudicando a veracidade dos níveis de qualidade atingidos até o momento pelo município citado neste trabalho.

## **REFERENCIAS**

BECKER. Fernanda da Rosa. Avaliação educacional em larga escala: a experiência brasileira. Revista Ibero-americana de Educação (ISSN: 1681-5653) n.º 53/1 – 25/06/10.

BONAMINO Alice. Tempos de Avaliação Educacional: O SAEB, seus agentes, referências e tendências. Rio de Janeiro, Quartet, 2002.

BONAMINO. Alice. FRANCO. Cresce, Avaliação e Política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. Cadernos de Pesquisa, nº 108, novembro/1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é o método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Banco Mundial. Boas práticas e Desempenho dos alunos na Prova Brasil: Identificando casos bem sucedidos nas redes municipais de ensino. Unidade de Desenvolvimento Humano, Região da América Latina e do Caribe, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 2010.

BRASIL, LDBEN. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL.(b) Ministério da Educação. PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB, INEP, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PDE/PROVA BRASIL: Plano de Desenvolvimento da Educação. INEP: 2009.

CORREA. J,J; SOLIGO. V,; Políticas e indicadores de qualidade da educação: relações com as avaliações em larga escala / Organizadores João Jorge Correa e Valdecir Soligo.- São Leopoldo: Oikos, 2015.

COELHO. Maria Inês de Matos. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. Revista Ensaio, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.

DECRETO MUNICIPAL de Foz do Iguaçu.nº 21.404 de 22 de junho de 2012

FREITAS, Dirce N. T. A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa. Reunião Anual, Anais, Caxambu, MG: ANPED, 2005.

FUNDEB – MEC- disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12407&Itemid=725&msg=1](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12407&Itemid=725&msg=1) acesso em 26/08/2012 às 20:30 horas

GATTI, Bernadete. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, v. 09, mai/ago, 2009.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora Uma prática em construção da pré-escola à universidade. 10ª ed., São Paulo: Moderna. 1993.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover as setas do caminho**. 7ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.

KLEIN, Ruben; FONTANIVE, Nilma Santos. Avaliação em Larga Escala: uma proposta inovadora. Em aberto, Brasília, ano 15, n.66, p.29-34, abr./jun.1995.

LEI n 12.801, DE 24 DE ABRIL DE 2013; disponível em :  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12801.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12801.htm)  
acessado em 22/112015 as 15:37 horas.

MELCHIOR, Maria Celina. Avaliação pedagógica: função e necessidade. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

PASINI, J, F, S. Políticas de Formação de Professores no Município de Foz do Iguaçu – PR, Dissertação de Mestrado em Educação. UNIOESTE, Cascavel, 2012. Disponível em  
:[HTTP://200.201.88.199/portalpos/media/file/educacao/Dissertação de Mestrado em Educação%20JULIANA%.pdf](HTTP://200.201.88.199/portalpos/media/file/educacao/Dissertação%20Mestrado%20em%20Educação%20JULIANA.pdf). Acesso em: ago.2014.

PESTANA. Maria Inês. O sistema de avaliação brasileiro. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.79, nº 191, p. 65-73, jan./abr. 1998.

ROCHA. Gladys, MARTINS. Raquel Fontes “Meta – avaliação da alfabetização: constituição de um corpus de escrita infantil e suas contribuições para a avaliação da alfabetização, leitura e escrita”, ANPED, 2010, 15p.

Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED 2009. Disponível em:  
<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=612> acessado em: 13/06/2012, às 19:45.

SMED. Banco de dados Secretaria de Educação Municipal de Foz do Iguaçu. Paraná, 2012.

SOUSA, Clarilza Prado de (Org). Avaliação do rendimento Escolar. São Paulo: Papyrus, 1997.

VIANNA. Heraldo Marelin. Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas. Estudos em Avaliação Educacional, v. 42, n. 27, jan-jun/2003

WERLE. Flávia Obino Corrêa. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. Revista Ensaio, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011.

WERLE. Flávia Obino Corrêa. Avaliação em larga escala: foco na escola / organizadora: Flávia Obino Corrêa Werle. – São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2010.